



»Entrevista | MUSA HADID | VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL PALESTINO

Em recente visita a Brasília, ex-prefeito de Ramallah e número dois do Parlamento palestino denuncia limpeza étnica na Cisjordânia, ataca plano de Israel para expulsar moradores da Faixa de Gaza e cobra ações concretas do governo brasileiro

"O silêncio é uma forma de cumplicidade"

» RODRIGO CRAVEIRO

Vice-presidente do Conselho Nacional Palestino (o Parlamento palestino), Musa Hadid, 61 anos, ocupou o cargo de prefeito de Ramallah (Cisjordânia) entre 2012 e 2022. Em recente passagem por Brasília, ele visitou membros da comunidade palestina e convidou as autoridades brasileiras para acompanharem as eleições legislativas, em 28 de novembro de 2026. Também se reuniu com

o embaixador Carlos Duarte, secretário de África e Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores, e com o embaixador Clélio Nivaldo Crippa Filho, chefe do Departamento de Oriente Médio do Itamaraty. Durante a agenda, Hadid falou ao **Correio** sobre a expansão de assentamentos judaicos na Cisjordânia, a ameaça de membros do governo israelense de expulsar a população da Faixa de Gaza e o papel do Brasil

na defesa da causa palestina. De acordo com Hadid, a construção de colônias na Cisjordânia visa inviabilizar a criação de um Estado palestino territorialmente contíguo. O vice-presidente do Conselho Nacional Palestino também denunciou o plano de expulsão de moradores da Faixa de Gaza e cobrou sanções a colonos judeus, além de responsabilização de Israel. Hadid advertiu que o povo palestino não aceitará uma nova

Nakba — termo usado para designar o deslocamento forçado, a expulsão e a desapropriação de centenas de milhares de palestinos durante a criação do Estado de Israel em 1948. Ele fez um alerta à comunidade internacional ante as últimas políticas israelenses em Gaza e na Cisjordânia: “Quando as intenções (de Israel) já foram explicitadas, o silêncio passa a assumir uma forma de cumplicidade”.

Parte da comunidade internacional denuncia uma limpeza étnica na Cisjordânia. O que de fato acontece lá?

O que ocorre na Cisjordânia não é diferente do que acontece na Faixa de Gaza. O que está ocorrendo em Jerusalém e na Cisjordânia não pode ser tratada como uma série de incidentes isolados ou excessos individuais, mas como parte de uma política integrada destinada a alterar a natureza da terra e de sua população. Os assassinatos, a expansão dos assentamentos, a apropriação de terras, a demolição de casas, o deslocamento e o isolamento de comunidades palestinas, bem como o terrorismo de colonos, sob a proteção do exército de ocupação, são instrumentos que pressionam os palestinos a abandonar suas terras. Também impedem a criação de um Estado palestino territorialmente contíguo e viável. Quando as pessoas são sistematicamente obrigadas a deixar suas terras em razão da violência, do medo, do cerco e da privação das condições básicas de vida, é preciso chamar as coisas pelo seu nome: trata-se de deslocamento forçado e de limpeza étnica. Ambos são conduzidos de forma gradual e estão inseridos em um plano que a potência ocupante busca implementar progressivamente.

Como o senhor avalia a proposta feita pelos ministros Itamar Ben-Gvir (Segurança Nacional) e Israel Katz (Defesa) de uma expulsão progressiva de palestinos da Faixa de Gaza?

Tais declarações devem ser tratadas com a máxima seriedade. Elas não partem de figuras marginais, mas de ministros que integram o governo israelense, dispõem de instrumentos executivos e exercem influência direta sobre a formulação de decisões políticas, de segurança e militares. Não é possível considerar suas declarações apenas como retórica eleitoral ou disputa política interna. Até o momento, Israel matou 75 mil palestinos e deslocou cerca de dois milhões de pessoas. Depois de destruir amplas áreas da Faixa de Gaza; de enfraquecer suas condições básicas de vida; de cercar sua população e privá-la de alimentos, de água, de medicamentos e de abrigo. Transformaram o território em um lugar praticamente inabitável. Então,

Ed Alves/CB/D.A Press



surgem aqueles que propõem que essas pessoas deixem sua pátria, e chamam isso de “migração voluntária”.

O que há de “voluntário” nesse plano?

Uma pessoa colocada diante da escolha entre partir ou enfrentar a morte, a fome ou uma vida em meio à destruição não está fazendo uma escolha livre. Isso não é migração voluntária, mas deslocamento forçado, sob pressão da catástrofe humanitária. Isso representa uma extensão direta da lógica da Nakba sofrida pelo povo palestino em 1948, embora agora apresentada por meio de novos instrumentos. O povo palestino não aceitará uma segunda Nakba, seja ela executada de uma só vez ou de forma gradual, seja chamada de deslocamento, migração ou reassentamento.

Como os países devem reagir a isso?

A responsabilidade não recai apenas sobre Israel. A comunidade internacional tem conhecimento dessas intenções declaradas e, se esperar até a implementação, não poderá alegar que desconhecia o que estava sendo planejado. É necessária

Valorizamos as posições brasileiras em apoio ao direito do povo palestino à liberdade e à independência, assim como o reconhecimento do Estado da Palestina”

uma ação política e jurídica clara, a fim de impedir que o governo de ocupação implemente seus planos destinados a esvaziar a terra palestina de sua população nativa e responsabilizar aqueles que planejam ou promovem esse crime. Quando as intenções já foram explicitadas, o silêncio passa a assumir uma forma de cumplicidade.

A causa palestina é negligenciada?

É importante distinguir entre os povos do mundo e as posições de determinados

governos. A questão palestina não desapareceu da consciência dos povos. Testemunhamos uma expansão significativa da solidariedade à Palestina em universidades, sindicatos, parlamentos e movimentos da sociedade civil, bem como entre amplos setores da juventude. Há uma transformação real da opinião pública mundial, inclusive em sociedades nas quais a narrativa israelense permaneceu dominante por décadas. O problema é que essa mudança na opinião pública não se refletiu, de forma suficiente, em políticas dos governos. Muitos países falam em direito internacional, em solução de dois Estados e em direitos humanos, mas hesitam em adotar medidas concretas. Alguns chegam a oferecer cobertura política ou apoio militar e econômico a Israel e, posteriormente, limitam-se a expressar preocupação diante das consequências. Essa contradição é o que encorajou Israel a continuar suas políticas.

Então, o que o senhor espera?

Não pedimos tratamento excepcional, nem que o mundo adote a narrativa palestina por motivos emocionais. Pedimos que

as mesmas regras aplicadas aos demais Estados sejam aplicadas a Israel. Não é mais aceitável que Israel permaneça fora do alcance da responsabilização e da prestação de contas. O que se exige são medidas concretas que garantam a responsabilização, interrompam o fornecimento dos instrumentos utilizados pela ocupação contra o nosso povo, imponham sanções aos colonos e às entidades que os apoiam, protejam os civis e transformem o reconhecimento do Estado da Palestina em posição que produza efeitos concretos.

E quais as expectativas do senhor em relação ao Brasil?

O Brasil ocupa lugar especial para o povo palestino. É um país de grande relevância, com uma história de defesa do direito internacional e dos direitos dos povos. Valorizamos as posições brasileiras em apoio ao direito do povo palestino à liberdade e à independência, assim como o reconhecimento do Estado da Palestina e a defesa de solução política justa. Acreditamos, porém, que o momento atual exige mais do que posições de princípio. Esperamos que o Brasil desempenhe um papel capaz de transformar a condenação política em medidas concretas. O Brasil pode apoiar os mecanismos de responsabilização no âmbito da ONU e das instituições judiciais internacionais, rejeitar a importação de produtos provenientes dos assentamentos e apoiar a imposição de sanções aos colonos e às entidades que os protegem e apoiam. Também pode utilizar sua presença no Brics para construir uma posição coletiva mais efetiva diante das políticas de anexação e deslocamento forçado.

É possível estabelecer um governo na Palestina sem papel do Hamas?

A questão não é saber se o governo será composto por esta ou aquela facção, mas que tipo de governo o povo palestino necessita para enfrentar os desafios impostos pela ocupação. Precisamos de um governo nacional, eficiente, que trabalhe em prol da cidadã, unifique as instituições da Cisjordânia e de Gaza, conduza o processo de reconstrução da Faixa de Gaza e enfrente as consequências da guerra.

CORRIDA ARMAMENTISTA

China e Rússia alertam contra guerra no espaço

A China fez ontem um apelo aos Estados Unidos para que “deixem de se preparar para a guerra” no espaço, depois que a Força Espacial norte-americana confirmou ter colocado armas em órbita, pela primeira vez. Os dois países são rivais geopolíticos e buscam ampliar a presença estratégica no espaço. Sem revelar mais detalhes, a Força Espacial dos EUA anunciou na segunda-feira que colocou “armas de controle espacial em órbita capazes de defender contra ações hostis de adversários”.

O Ministério das Relações Exteriores da China advertiu contra a “militarização do espaço sideral, transformando-o em um campo de batalha, assim como contra uma corrida armamentista” nessa área. “Instamos o lado norte-americano a parar de ampliar suas capacidades militares e de se preparar para a guerra no espaço sideral”, declarou o porta-voz Guo Jiakun.

Ao fazer o anúncio, a Força Espacial dos EUA citou a China como ameaça. Pequim

“desenvolve e opera capacidades espaciais e contraespaciais como parte de uma estratégia de modernização militar”, diz o comunicado. O texto também menciona a Rússia, outro rival geopolítico, sobre a qual disse que “considera o espaço um domínio de combate e acredita que a supremacia espacial será um fator decisivo em conflitos futuros”.

Guerra Fria

A militarização do espaço é tão antiga quanto a própria corrida espacial, iniciada na Guerra Fria entre os EUA e a hoje extinta União Soviética, de 1949 a 1991. Assim que o satélite soviético Sputnik foi colocado em órbita, em 1957, Washington e Moscou começaram a explorar formas de armá-los e destruí-los. A maior preocupação, na época, eram as armas nucleares no espaço, mas as superpotências e outros países assinaram, em 1967, o Tratado do Espaço

Reprodução/X



O porta-voz chinês, Guo Jiakun: críticas à “militarização do espaço sideral”

Sideral, que proíbe armas de destruição em massa em órbita.

Desde então, Rússia, Estados Unidos, China e Índia têm desenvolvido formas de conduzir operações militares no espaço sem violar o tratado, incluindo capacidades para atacar os satélites de países rivais, fundamentais para comunicações militares, vigilância e sistemas de navegação.

“Os EUA possuem armas de controle espacial em órbita, capazes de defender as

Forças Conjuntas contra ações hostis de adversários”, disse um porta-voz da Força Espacial dos EUA, em comunicado. Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores da China alertou contra a “militarização do espaço, sua transformação em campo de batalha e uma corrida armamentista nesse domínio”. O porta-voz da chancelaria, Guo Jiakun, disse que Pequim “insta” os EUA a “cessarem a expansão de suas capacidades militares e as preparações para uma guerra espacial”.

De acordo com analistas, o anúncio confirma o que já era subentendido, mas acreditam que o momento escolhido, a 10 dias da visita do presidente Xi Jinping a Washington, pode exacerbar as tensões e aumentar o risco de uma corrida armamentista espacial. A Rússia, por sua vez, defendeu que o espaço permaneça “livre de todas as armas”. “Há um amplo consenso internacional para continuarmos trabalhando em prol da completa desmilitarização do espaço”, afirmou Dmitri Peskov, porta-voz do Kremlin.

Capacidades americanas

A declaração dos EUA não dá detalhes sobre quais armas foram implantadas em órbita, ou quantas seriam. “O controle do espaço abrange as áreas de missão necessárias para contestar e controlar a supremacia espacial, empregando meios cinéticos e não cinéticos para afetar as capacidades de um adversário”, diz o texto oficial. “Essas capacidades podem ser empregadas para fins ofensivos e defensivos”. Meios não cinéticos podem incluir lasers projetados para cegar satélites ou mesmo interferência eletromagnética ou cibernética contra seus links de dados.